



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140851 - MG (2021/0003327-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : HERCULES MEDEIROS (PRESO)
ADVOGADO : RODRIGO DE MACEDO OLIVEIRA - MG185907
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : KANIDIUS MEDEIROS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por HERCULES MEDEIROS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Habeas Corpus n. 1.0000.20.570074-3/000).

O recorrente teve sua prisão preventiva decretada em razão de suposto envolvimento com o crime de homicídio e “[...] desde então encontra-se oculto” (fl. 101).

Sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva.

Tece, em resumo, as seguintes considerações (fl. 104):

Ademais, justificar a manutenção da prisão preventiva em suposta gravidade abstrata não é possível em nosso ordenamento jurídico. Outrossim, manter a prisão preventiva do paciente somente sob o argumento que o mesmo possui passagens policiais não é motivo suficiente para se manter uma prisão preventiva. O paciente tem filho menor de 12 anos que depende do mesmo para sua subsistência e na atual situação do paciente, isso se torna cada dia mais difícil, necessário então o imediato recolhimento do desnecessário mandado de prisão.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim determinar o imediato recolhimento do mandado de prisão preventiva, mediante imposição de medidas cautelares alternativas a prisão, nos moldes do art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai (fls. 81/91):

Conforme se infere da peça inicial, o paciente foi preso, sob a imputação, em tese, da prática do crime tipificado no Art. 121, §2º, e Art. 344 (por duas vezes), ambos do Código Penal.

[...]

Apurou-se ainda, que Hercules Medeiros, intimidou familiares da vítima, ao postar no facebook, dizeres ameaçadores, vejamos: [...]

[...]

Frisa-se que a prisão preventiva está consubstanciada na necessidade de garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, vejamos:

[...]

Somado a isso, tem-se que o paciente ostenta diversos registros criminais anteriores, o que demonstra sua predileção em não se submeter a aplicação da lei penal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente